

Relatório de Atividades 2009



Motivações, contextualização, metodologias e resultados

**Relatório
de Atividades**

2009

AÇÃO FOME ZERO



A Ação Fome Zero é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) e representa uma aliança de empresas e empresários comprometidos com o desenvolvimento social sustentável do país. Sua missão é amparar e estimular políticas integradas que viabilizem a segurança alimentar e nutricional da população brasileira.

Presidente de Honra

Marisa Letícia Lula da Silva

Comitê gestor

Antoninho Marmo Trevisan

Gabriel Jorge Ferreira

José Carlos Costa Marques Bumlai

Direção

Fatima Menezes

Administrativo/financeiro

Luiza Teixeira

Paloma Costa

Equipe técnica

Ana Angélica Rocha

Fabiana Pires Sciarotta

Maria Elena Turpin

Assistência geral

Fagner Galeno

Endereço

Rua Bela Cintra, 643, 1º andar - Consolação

01415-901 – São Paulo SP

Fone: +55 11 3569-6016

www.acaofomezero.org.br

faleconosco@acaofomezero.org.br

Publicação da Ação Fome Zero distribuída gratuitamente a seus associados.
Projeto e produção gráfica: Planeta Terra Design/Waldemar Zaidler

“Existem hoje no mundo recursos, não somente financeiros, mas intelectuais, humanos, naturais que nos permitem pensar no fim da pobreza.”

Ruth Cardoso

Há cerca de 30 anos que a experiência humana vem se adaptando à chamada nova ordem mundial, que não é só política, militar e econômica, se caracteriza por uma *desordem* nos padrões sociais existentes e na busca por novas respostas baseadas no intenso desenvolvimento da ciência e da tecnologia.

No novo contexto, as democracias se ampliaram na mesma proporção das incertezas e com elas as relações entre as sociedades e os governos passaram a ser regidas por novos princípios. Nunca se falou tanto em democratização.

Foi nesse contexto de mudanças estruturais que surgiram outras formas de solução para os problemas humanos. Entre elas, as organizações não governamentais, entidades estruturadas a partir do envolvimento das comunidades nas questões que diziam respeito ao bem-estar físico, ao desenvolvimento econômico e social que por tradição eram de responsabilidades do ente público.

No Brasil, as organizações do terceiro setor foram nascendo a partir do encontro entre uma tradição secular voltada para a *caridade* e o crescimento das organizações sociais surgidas nas ruas e bairros em busca de melhor qualidade de vida.

O intenso movimento criado por essas entidades foi ganhando forma constituindo uma outra via sem o aparato burocrático dos governos e sem a preocupação com os resultados lucrativos das organizações privadas.

Hoje, falar em organização não governamental é coisa simples. Todo mundo sabe o que é. Há marco legal. Há reconhecimento da sociedade. E a cada dia as chamadas “ONGs” buscam aprimoramento contábil,

administrativo, gerencial que as torne mais qualificadas para responder aos desafios que se apresentam no espaço entre o público e o privado.

A Ação Fome Zero foi criada nesse contexto histórico com uma maneira de atuar um pouco diferente das outras.

E nem sempre é fácil o entendimento do trabalho que a Ação Fome Zero realiza. Talvez falte um pouco de talento linguístico para explicar de forma objetiva e em palavras a natureza do trabalho realizado. Mas há de se considerar o fato de que a entidade, diferentemente de outras do terceiro setor, tem uma atividade voltada para um programa público e que a falta de conhecimento da sociedade brasileira sobre a estrutura do programa federal de alimentação escolar e a dificuldade em dimensionar os efeitos desse programa são elementos que dificultam a compreensão das atividades desenvolvida por nossa entidade.

Por tudo isso, além de prestar contas do caminho percorrido em 2009, o Relatório de Atividades tem o desafio de esclarecer com mais precisão as motivações que justificam a existência dessa entidade. Em resumo, não é só apresentar o que é feito, mas explicar os porquês.

Há quatro perguntas básicas que quando respondidas podem orientar o raciocínio do leitor; são elas:

Por que uma entidade do terceiro setor desenvolve um projeto como o *Gestão Eficiente da Merenda Escolar*?

Qual a relação do projeto *Gestão Eficiente da Merenda Escolar* e o programa do governo federal conhecido como “programa da merenda escolar”?

Há uma metodologia própria para a execução das atividades do projeto *Gestão Eficiente da Merenda Escolar*?

Quais são as atividades do projeto *Gestão Eficiente da Merenda Escolar*?

Então, vamos às respostas?

*“Quando se inicia algo que
vai ao encontro de uma
necessidade, a perspectiva
de sucesso é maior.
E isso não tem fronteiras.”*

Zilda Arns

Por que uma entidade do terceiro setor desenvolve um projeto como o Gestão Eficiente da Merenda Escolar?

O objetivo do projeto Gestão eficiente da Merenda Escolar, prioridade da Ação Fome Zero, é garantir que os recursos públicos destinados à merenda escolar sejam efetivamente gastos em alimentação escolar de qualidade. Ele foi idealizado a partir da experiência pessoal de um dos fundadores da Entidade que descobriu que em sua pequena cidade natal a merenda escolar era um dos ralos por onde escoava o dinheiro público.

Essas experiência pessoal e as inúmeras denúncias recorrentes de desvio de dinheiro da merenda escolar mostravam que o programa de merenda precisava ter um sistema de fiscalização mais atuante.

Portanto, o projeto foi motivado em primeiro lugar pelo objetivo do programa de merenda: *oferecer alimentação de qualidade para os alunos do sistema público*; a merenda é a garantia de pelo menos uma refeição de qualidade o que oferecerá ao estudante um mínimo do que ele necessita para seu desenvolvimento físico e intelectual. Embora não se possa relacionar desenvolvimento intelectual com a alimentação, e seja controverso atribuir a uma relação direta entre os dois fatores, o senso comum nos diz que: *“saco vazio não para em pé”*. Como uma criança, um jovem e até mesmo um adulto pode aprender se sente fome? Para qualquer pessoa é fácil imaginar como é difícil apreender conceitos e ter sua atenção voltada para a aquisição de conhecimentos com a desagradável sensação de fome...

Em segundo lugar, é importante considerar que o programa de merenda do governo federal existe há mais de cinquenta anos, sobrevivendo a governos e governantes. A manutenção do programa por tanto tempo já é um indicador de importância e pode significar que mais do que um programa, essa estratégia é, no Brasil de nossos dias, uma política de Estado.

Em terceiro lugar há de se levar em conta que o grande ponto fraco do programa (que os vários governos até hoje não deram conta) está relacionado ao controle e à fiscalização da sua execução nos municípios que recebem o recurso federal para a aquisição de alimentos. E sabe-se também que a melhor fiscalização é aquela exercida pelo controle sensível e atento dos beneficiários, no caso a sociedade civil. E quanto maior for o conhecimento das comunidades locais sobre o direito à alimentação escolar menor será a capacidade de desperdício ou má utilização do recurso público.

Essas constatações justificam a criação do projeto Gestão Eficiente da Merenda Escolar que centraliza suas atividades em torno de duas ideias: a valorização de boas práticas e o fortalecimento do controle da sociedade sobre a execução do programa.

“O contrário de uma verdade não é um erro, mas uma verdade contrária.”

Pascal

Qual é a relação do projeto Gestão Eficiente da Merenda Escolar e o programa do governo federal chamado de PNAE?

O Programa Nacional de Alimentação Escolar, conhecido pela sigla PNAE, é um dos mais antigos programas do país no que se refere à suplementação alimentar. É o mais antigo programa social do governo federal na área de educação. Desenvolvido a partir de 1954 com a Campanha da Merenda Escolar – CME – atendia escolas e Estados do Nordeste. Essa política foi ganhando abrangência nacional, e sua operacionalização se deu sobre diferentes denominações. Em 1988, a alimentação escolar passou a ser um direito constitucional.

O PNAE tem o objetivo de contribuir para o desenvolvimento físico, psicológico e social das crianças e jovens, para a formação de práticas alimentares

saudáveis e para cooperar para o desenvolvimento da aprendizagem e no rendimento escolar. Como já foi dito, aprender com o estômago vazio não é fácil!

Desde 1994, a gestão do programa é descentralizada o que quer dizer, na prática, que Estados e municípios são responsáveis pelo uso dos recursos e pela qualidade nutricional da refeição ofertada aos alunos. Assim sendo, sem necessidade de fazer qualquer convênio, o governo federal por meio do FNDE, transfere para as entidades executoras (normalmente os municípios, as secretarias de educação de Estados e do Distrito Federal) os recursos. O valor a ser recebido é calculado com base no número de alunos informados multiplicado pelo valor capta estabelecido pelo governo federal. O recurso federal deve ser utilizado **exclusivamente** na aquisição de alimentos para serem utilizados na merenda escolar.

Com as medidas definidas pela Lei 11.947 de 16 de junho de 2009, a merenda escolar é agora distribuída a todos os alunos da Educação Básica, o que inclui o Ensino Médio e os alunos da educação de jovens e adultos. Com essa determinação é possível estimar que, hoje, mais de quarenta milhões de alunos sejam beneficiados pelo PNAE.

(Só para lembrar e ajudar a dimensionar a importância do programa de merenda, em muitas regiões do país, a alimentação escolar ainda é a única refeição do dia. E não é exagero afirmar que em número muito grande de municípios, a alimentação escolar pode ser a única refeição saudável.)

Algumas condições são necessárias para que o município ou estado participem do PNAE. É necessário que os alimentos adquiridos tenham por base cardápios elaborados por uma nutricionista e que o município

tenha constituído um conselho de alimentação escolar. Além disso, 30% dos recursos devem ser utilizados na compra de gêneros produzidos por agricultores familiares ou empreendedores familiares. Dessa forma, os recursos federais fomentam a economia local e passam a ser um fator de desenvolvimento oportuno principalmente nas pequenas cidades que têm pouca arrecadação.

Como os recursos federais não são muitos, o programa prevê que o município e os Estados complementem o recurso. Daí há uma divisão de responsabilidades e participação com a qual todos aprendem e ganham.

Mas, quem fiscaliza o recurso?

O acompanhamento e fiscalização do recurso são de responsabilidade do **conselho de alimentação escolar** que é um grupo independente, formado por 7 pessoas representantes de categorias diferentes: executivo local, professores ou trabalhadores da área de educação, pais de alunos e de representantes de entidades civis locais. Portanto, todos os conselheiros são pessoas comuns e que não têm o conhecimento necessário para o exercício da tarefa.

E é aí que há a interseção entre o PNAE e a atividade do projeto Gestão eficiente da Merenda Escolar. O projeto prioritário da Ação Fome Zero quer fortalecer porque reconhece a importância do programa público que viabiliza a oferta de pelo menos uma refeição de qualidade aos alunos.

“Pode-se manter a coesão da sociedade através de medidas autoritárias, mas há uma única maneira de salvaguardar a liberdade, é que haja o sentimento vívido de comunidade e solidariedade, no interior de cada membro, e é isso que dá uma realidade de existência a uma sociedade complexa. Portanto, a solidariedade é constituinte desta sociedade.”

Edgar Morin

Há uma metodologia própria para a execução das atividades do projeto Gestão Eficiente da Merenda Escolar?

O projeto desenvolvido pela Ação Fome Zero foi idealizado com a finalidade de garantir que os recursos públicos destinados ao programa de merenda sejam efetivamente gastos em merenda de qualidade em quantidade e regularidade necessárias ao desenvolvimento de todos os alunos da Educação Básica do sistema público de ensino.

Para isso, há duas estratégias: (1) detectar boas práticas de gestão para que essas práticas virem referência e possam ser copiadas por outras entidades executoras e (2) transmitir o máximo possível de conhecimento organizado e distribuindo publicações e realizando capacitações de gestores e de conselheiros de alimentação escolar. Os CAES são os órgãos nos municípios ou estados responsáveis pelo acompanhamento da execução da gestão pública; a capacitação de conselheiros quer fortalecer o controle social sobre a execução do PNAE.

Entender o valor didático das boas práticas é fácil, mas o mesmo não pode ser dito em relação ao fortalecimento do controle social. O que quer dizer “controle social”?

Muitas vezes, o termo “controle social” é compreendido de forma restrita para *caracterizar a participação da sociedade nos sistemas de controle dos recursos públicos com a finalidade de evitar a corrupção e validar ações dos gestores e governantes.*

Entretanto o termo é mais abrangente. Quer significar a relação direta entre a sociedade civil e o Estado na condução das políticas públicas e no gerenciamento governamental. O que inclui troca de informações, deliberação sobre ações do Estado, acompanhamento das ações públicas e, inclusive, o controle de gastos públicos.

A ideia de controle social é decorrente do princípio de participação social que vem sendo introduzida na sociedade brasileira desde as últimas décadas do século passado e que se caracterizou por um aumento considerável do envolvimento da sociedade nas políticas públicas.

A Constituição de 1988, chamada de Constituição Cidadã, introduziu na sociedade brasileira os mecanismos de democracia participativa.

O sentido geral é o de fazer com que o Estado seja mais sensível às agendas produzidas na esfera pública

e crie formas para incorporar novos sujeitos sociais na produção das políticas públicas. Isso implica em assegurar espaços de participação em todo o ciclo de produção das políticas públicas: concepção, controle, avaliação e revisão. Neste caso, a esfera política e a esfera social precisam construir **espaços de interação** entre si.

As conferências nacionais, as ouvidorias, as audiências públicas, as mesas de negociação, os conselhos são os espaços nos quais as interferências acontecem e se materializa o controle social.

Nessa concepção, o controle social se efetiva quando o cidadão tem acesso à informação sobre a gestão pública, quando existam canais de interlocução entre ele e o poder público e quando ele (cidadão) disponha de mecanismos de punição caso haja necessidade de punir. Enfim, o controle social só existe se houver entre a sociedade e o Estado os mecanismos que possibilitem a interferência entre esses atores.

Para concretizar a efetiva participação da sociedade nas decisões governamentais são instituídos controles em várias instâncias. O meio mais comum é a constituição de conselhos com representantes de segmentos sociais.

Na realidade brasileira, em todas as esferas de poder existem exemplos de conselhos que funcionam em diferentes graus de efetividade. Entre os exemplos, os conselhos de alimentação escolar que surgiram para o acompanhamento e a fiscalização da execução do PNAE.

Entretanto, a existência de conselhos de representação social não é suficiente para garantir a eficiência do controle social. É fundamental que exista diálogo entre a representação social e o poder local.

A construção dessa situação dialogal é complexa, requer tempo e é desafiadora. No caso dos conselhos de alimentação escolar as tarefas se sobrepõem. Além da construção da situação de diálogo entre gestor

e conselheiro de alimentação escolar, existe uma necessidade real de capacitação dos conselheiros para o exercício da tarefa.

Há ainda outro agravante: os conselhos de alimentação escolar surgiram há pouco tempo e são pouco conhecidos, quer pela população local, quer pelas prefeituras que devem dar apoio logístico e material. Portanto, há pouco espaço de diálogo.

Além disso, grande parte dos conselheiros tem pouca ou nenhuma informação sobre a tarefa que deve exercer e outra parte ainda maior não tem conhecimento mínimo de contabilidade, licitação, preço de mercado, entre outros temas os quais são necessários algum conhecimento para o acompanhamento do programa nacional de merenda escolar.

No fundo no fundo, as atividades do projeto Gestão Eficiente da Merenda Escolar buscam metodologias voltadas para a mobilização da sociedade civil e têm como objetivo a *mudança de paradigma* em relação ao modo de atuação do gestor público.

O projeto merenda tem uma metodologia de atuação que utiliza estratégias para “mobilizar a sociedade civil” e tem como objetivo uma *mudança de paradigma* em relação ao modo de atuação do gestor público.

Edgar Morin define “paradigma” como “...*estruturas do pensamento que de modo inconsciente comandam nosso discurso*” (pág. 21, Morin 1997). Quer dizer, o paradigma consiste não exclusivamente no que pensamos, no conjunto das crenças que foram adquiridas ao longo de nossas vidas, mas, também, na forma em que o raciocínio dos indivíduos opera para elaborar pensamentos e ideias.

Na perspectiva desse autor, a expressão tão usada hoje em dia “quebrar um paradigma” significa ***mudar o modo de raciocinar sobre determinado tema.***

Muitas vezes não compreendemos determinados fenômenos porque analisamos os fatos com as mesmas estruturas de raciocínio com as quais fomos formados. Por isso não é possível enxergar o novo. Oto Lara Resende descreve esse processo de forma poética na crônica **Vista Cansada**, publicada na *Folha de S.Paulo* em 1992, quando ele diz que “o hábito suja os olhos”.

“O diabo é que, de tanto ver, a gente banaliza o olhar. Vê não-vendo. Experimente ver pela primeira vez o que você vê todo dia, sem ver. Parece fácil, mas não é. O que nos cerca, o que nos é familiar, já não desperta curiosidade. O campo visual da nossa rotina é como um vazio.”

Oto Lara Resende

É o que acontece, por exemplo, com os preconceitos que trazemos internalizados em nós. Uma ideia preconcebida (pré-conceito) foi formulada por certa ordem de raciocínio. Para superar esse pensamento é necessária outra ordem de raciocínio que a desconstrua e que permita verificar os pontos fracos do sistema anterior. Não é um processo fácil; e é ao mesmo tempo contínuo e descontínuo. Mas é a partir dele que as sociedades evoluem (o termo evoluir empregado no sentido de superar a inércia e vencer seus desafios).

Para que haja uma mudança na maneira de ver a realidade banalizada pelo hábito o melhor caminho é a informação e o contato com um novo conhecimento ou com um novo olhar sobre um conhecimento antigo.

Por isso, o projeto consiste na execução de atividades voltadas:

- para a sociedade civil;
- para o fornecimento de informações que sensibilizem as comunidades para o acompanhamento do programa de merenda escolar;
- para os gestores de forma a contemplar a troca contínua de conhecimento sobre gestão pública, alimentação e controles entre outros temas;

- para a criação e execução de metodologias com a finalidade de detectar práticas inovadoras de gestão da merenda escolar;
- para a busca de ferramentas tecnológicas que permitam o intercâmbio de idéias de forma mais intensa e mais rápida;
- para a socialização do conhecimento adquirido por meio das atividades.

Essas atividades foram organizadas em torno de três eixos de atuação que se relacionam entre si. São eles:



Portanto, fortalecer o controle social capacitando conselheiros de alimentação escolar e divulgando para as comunidades locais a importância do trabalho realizado pelo CAE parece ser a melhor estratégia para modificar o quadro que as notícias de jornais ainda descrevem: desvios e incorreções em relação ao PNAE.

Quais são as atividades do projeto Gestão Eficiente da Merenda Escolar?

“Eu sempre sonho que

uma coisa gera,

Nunca nada está morto.

O que parece vivo, aduba.

O que parece estático, espera.”

Adélia Prado

Eixo de Ação 1

Identificação e divulgação de boas práticas



Prêmio Gestor Eficiente da Merenda Escolar

A atividade dá mais visibilidade ao trabalho da Ação Fome Zero. Foi criado a partir da recomendação do comitê gestor da entidade de que o trabalho a ser realizado não deveria focar sua atividade nas denúncias e muito menos no que é feito de errado – conclui-se que o princípio da emulação (do latim *aemulatio*, sentimento que leva a igualar ou superar alguém) deveria permear as ações desenvolvidas pela equipe.

O termo “emulação”, hoje pertencente ao campo semântico da tecnologia de computadores, já foi um princípio pedagógico, empregado no sentido de

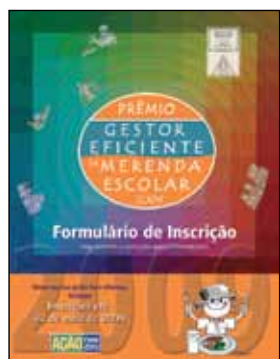
estimular a imitação de um modelo de comportamento considerado exemplar.

Indução de boas práticas

O propósito do Prêmio é detectar boas práticas de gestão do programa de merenda escolar para que elas possam ser copiadas. Portanto o prêmio pretende ser um indutor de boas práticas e o trabalho da equipe da Ação Fome Zero consiste na criação da metodologia para avaliação das práticas na metodologia de divulgação das práticas premiadas e da sensibilização para a vontade de aprimorar.

Desde a primeira edição do prêmio, foi criada pela equipe uma metodologia própria e adequada às especificidades da gestão do programa de merenda que possibilitasse a avaliação dos projetos das cidades inscritas. A avaliação é revista todos os anos e o processo de revisão da metodologia tem início imediatamente depois da cerimônia de premiação.

A revisão do formulário de inscrição é a primeira etapa e exige mais atenção, pois a confiança nos dados analisados depende principalmente da eficiência



Capa do formulário de inscrição para o Prêmio Gestor Eficiente da Merenda Escolar, edição 2009

do sistema de coleta de informações.

A inscrição do município pode ser feita por meio eletrônico ou em papel. Apesar de facilitar muito o trabalho de avaliação, o meio eletrônico não pode ser o único. É necessário prever que há um número expressivo de cidades brasileiras que tem sistema de informatização precário e incapaz de responder ao formulário eletrônico.

Inscrição didática

Tem, ainda, duas outras importantes funções secundárias. A primeira como mecanismo de divulgação da premiação. Por isso o formulário é produzido levando em consideração aspectos da comunicação visual. A segunda é funcionar como uma espécie de instrumento gerencial que aponta para quem preenche o formulário os aspectos relevantes do programa nacional de alimentação escolar.

O formulário de inscrição em papel é enviado para todas as prefeituras do Brasil. Hoje temos 5565 municípios no Brasil.

Para a divulgação do Prêmio são realizadas várias articulações e surgem parcerias importantes. A com o Banco do Brasil é exemplar! O Banco convoca à participação os funcionários das agências espalhadas pelo país, nas quais são abertas as contas correntes para o recebimento do recurso federal. Quando a prefeitura é premiada e chegou ao Prêmio indicando no formulário de inscrição que foi por intermédio do Banco, o funcionário responsável recebe uma bonificação no sistema de avaliação interna de suas carreiras.

Para a divulgação e o convite à participação no Prêmio são enviadas correspondências aos gestores. Paralelamente foi criado um sistema de divulgação por telefone para o qual é montada uma equipe específica

que além de convidar a prefeitura a participar, atualiza dados de um mailing sobre as cidades.

Temos hoje um arquivo razoavelmente confiável com dados de cerca 60% das prefeituras brasileiras.

A metodologia de avaliação das prefeituras inscritas prevê várias etapas e a análise das práticas se faz em função de aspectos territoriais, geográficos e econômicos nas quais estão inseridas as práticas inscritas.

Evolução da metodologia e dos critérios

O método tem sido depurado ao longo dos anos no sentido de buscar a forma mais equilibrada e justa de avaliação. Em 2009 introduzimos um modelo misto em que a avaliação quantitativa que predominou nos anos anteriores foi complementada por uma abordagem qualitativa que visava verificar aspectos individuais ainda não previstos ou difíceis de serem detectados por meio de critérios exclusivamente quantitativos.

No ano passado, foram quatro etapas distintas:

- 1ª) coleta e organização dos dados por meio de um formulário (impresso e/ou eletrônico);
- 2ª) pré-seleção de boas práticas por meio da análise qualitativa de todos os formulários de inscrição e anexos, e através do estudo quantitativo dos cardápios enviados e das outras informações sobre a execução financeira e administrativa;
- 3ª) confrontação de dados, por meio da visita in loco aos municípios selecionados;
- 4ª) seleção das boas práticas por meio da análise em grupo realizado pelos membros da comissão julgadora em três reuniões.

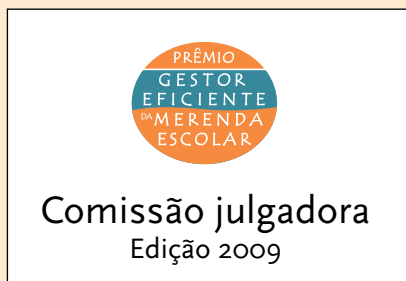
O trabalho de avaliação é sempre feito a partir de quatro indicadores básicos: administrativo-financeiro, eficiência nutricional, participação social e desenvolvimento local.

Em 2009, todas as práticas classificadas no grupo A passaram à categoria de semifinalistas e foram analisadas pela comissão julgadora. Foram 70 as cidades finalistas.

Entretanto, é importante observar que o processo de seleção tem início, de forma espontânea, por meio do atendimento ao convite de participação. Todas as prefeituras são convidadas a participar, mas só respondem ao convite e efetivamente se inscrevem aquelas que avaliam que a execução do programa merece ser apreciado. Portanto, há aí um processo de seleção que podemos definir como “natural”.

Há ainda a etapa da apreciação dos cardápios oferecidos aos alunos que obedece a uma metodologia também criada pela equipe com a supervisão da professora doutora Semíramis Domene.

Na “análise dos cardápios” são avaliados os cardápios da alimentação oferecida aos alunos em escolas do Ensino Fundamental, de tempo parcial, do período da manhã em determinada semana do ano. Os cardápios foram analisados segundo o grupo de alimentos ofertados. São seis grupos: o dos cereais/tubérculos, das leguminosas, dos vegetais, das frutas, o grupo da carne e ovos e grupo leite/queijo/iogurte.



Ana Paula Martin Martins – Sebrae-SP

Cassiano Barreiros – Alcoa

Christiane Costa – Consea/Instituto Pólis

Denise Cantarelli – Fundação Cargill

Elke Stedefeldt – Asbran

Fernando Assad – Giral Viveiro de Projetos

Ligia Pahor Panzarini – Planinvest

Maira Nunes – Unifesp

Marcelo Monello – CRC-SP

Marcus Vinicius Peinado Gomes – FGV

Maria Cecília Gomes Pereira – FGV

Márcia Dias Diniz Costa – FNDE

Semíramis Martins Domene – PUC-Campinas

Valéria Helena Goudinho Lopes – FNDE



Reuniões da Comissão Julgadora

Foram pontuados negativamente a oferta de doce ou sobremesa, a presença de doce como refeição, o uso de formulados e de embutidos, pois esses alimentos não são considerados saudáveis. Outro importante aspecto observado é o horário em que o alimento é servido. Toda essa análise é refletida em uma “nota de cardápio” que tem um papel importante em questões de desempate.

Há uma comissão julgadora que é multidisciplinar, formada pelo trabalho voluntário de professores e profissionais direta ou indiretamente ligados aos temas da alimentação escolar, gestão pública, nutrição, economia. Representam também instituições como o Sebrae, Unicef, PucCamp, FGV-SP, Asbran, Unifesp e empresas associadas como Alcoa, Planvale, Cargill e entidades sociais.

Normalmente são organizadas três reuniões da comissão. Na primeira, o objetivo é dar informações ao grupo de julgadores sobre o PNAE, e são apresentados os dados relativos ao ano. São discutidos ainda algumas questões sobre a metodologia de avaliação.

Em todas as reuniões o espaço para interação entre os presentes é estimulado de forma que o grupo se conheça e possa interagir.

A segunda reunião define as cidades finalistas que recebem a visita técnica. O júri é dividido em grupos que apreciam os relatórios das cidades por regiões.

Na terceira reunião, a comissão avalia o relatório de visita técnica para deliberar sobre as cidades premiadas.

Considerando que o período de inscrição se encerra no início de junho, são cerca de 4 meses envolvidos apenas na avaliação das cidades inscritas.

As cidades finalistas passam então à próxima etapa: as visitas técnicas.

Provar e aprovar

De importância fundamental, as visitas técnicas aos municípios acontecem de surpresa e têm o objetivo de verificar as informações prestadas livremente pelo informante no formulário de inscrição.

Antes das viagens é feito um estudo sobre as cidades para verificar as condições de acesso, transporte e de alojamento para cada uma.

São elaborados roteiros de viagens com informações sobre os meios de transporte a serem utilizados, condições das estradas e de hospedagem e com indicações do melhor percurso. Não é necessário dizer que muitas aventuras são vividas nessas viagens. Nem sempre agradáveis. É comum descobrir o melhor trajeto só depois que termina a visita técnica.

Durante a visita são feitas entrevistas com o nutricionista, coordenadores de alimentação escolar, conselheiros de alimentação escolar, merendeiras e alunos. O inspetor visita também no mínimo duas escolas e prova a alimentação servida. Toda a visita é documentada e fotografada. Em seguida é feito um relatório que será objeto de análise da comissão julgadora na terceira reunião.



Diamantino (MT)



Municípios visitados: Alto Taquari (MT) · Diamantino (MT) · Itumbiara (GO) · Jateí (MS) · Jussara (GO) · Paranhos (MS) · Lucas do Rio Verde (MT) · Água Branca (PB) · Aparecida (PB) · Aracati (CE) · Horizonte (CE) · Orós (CE) · Pesqueira (PE) · Pintadas (BA) · Riacho da Cruz (RN) · Salvador (BA) · Araguaçu (TO) · Ariquemes (RO) · Manacapuru (AM) · Marabá (PA) · Paragominas (PA) · Pimenta Bueno (RO) · São Gabriel da Cachoeira (AM) · Belo Horizonte (MG) · Campos dos Goytacazes (RJ) · Jaguaré (ES) · Junqueirópolis (SP) · Mesquita (RJ) · Monte Carmelo (MG) · Nova Era (MG) · Rio de Janeiro (RJ) · São Carlos (SP) · São Gonçalo do Rio Abaixo (MG) · Concórdia (SC) · Francisco Alves (PR) · Macieira (SC) · Morretes (PR) · Nova Prata (RS) · Porto Alegre (RS).

Alguns dos municípios finalistas que receberam a visita técnica da Ação Fome Zero



Junqueirópolis (SP)



Junqueirópolis (SP)



Paragominas (PA)



Francisco Alves (PR)



São Carlos (SP)

O CAMINHO DE NOSSA SENHORA APARECIDA

UMA CRÔNICA SOBRE A SAGA PARA VISITAR UMA DAS CIDADES FINALISTAS DO PRÊMIO GESTOR EFICIENTE DA MERENDA ESCOLAR

Fabiana Pires Sciarotta

A noite que antecede uma viagem de trabalho, caro leitor, é sempre mal-dormida. Receio de que o despertador não toque, colocando em risco todo o roteiro arduamente planejado. Mas o despertador toca. Terça-feira, 25 de agosto de 2009. As notícias de uma São Paulo que amanhece embalam meu despertar. Abro os olhos. Miro o relógio. Cinco e meia da manhã. Hoje não é possível virar para o lado e dormir mais cinco minutinhos. Respiro fundo. Um único pensamento preenche toda minha mente. Oxalá que nenhum imprevisto atrapalhe minha viagem de quatro dias pelo sertão da Paraíba! Afinal de contas, toda minha quota de “imprevistos-que-podem-ocorrer-durante-uma-viagem” já tinha se esgotado há duas semanas, quando eu fui parar num hospital de Fortaleza para tomar soro na veia e me recuperar de uma intoxicação alimentar.

Levanto. Visto-me. Organizo os últimos detalhes. Coloco a mochila nas costas. Seis e meia da manhã. Hora de partir para Sousa, cidade do interior paraibano que me acolheria por uma noite. A viagem começa como de praxe. Tomo um táxi até a Praça da República. Ali pego um ônibus rumo a Cumbica. Chego ao aeroporto. Faço o check-in. Despacho minha mochila. Entro na sala de embarque. Oito e meia da manhã. Surpreendentemente o avião sai no horário previsto. São três horas de voo até o aeroporto de Recife, onde faria conexão para Campina Grande. Faria?

Meio dia e meia. O avião pousa na capital pernambucana. Tenho uma hora a minha disposição antes de pegar o próximo voo. Tempo suficiente para almoçar e namorar as vitrines das lojas de artesanato. Uma e meia. Hora de seguir viagem. Quando alcanço o portão de embarque, descubro que meu avião para Campina Grande estava atrasado em uma hora. Uma hora? Uma hora passa rápido. Sento em lugar confortável e saco de minha bolsa a melhor amiga dos viajantes: as palavras-cruzadas. Ah, caro leitor, não existe passatempo melhor! E o tempo passa...

A voz anônima no altofalante anuncia que a aeronave – finalmente – aterrissara. Embarco. Acomodo-me em meu assento. Quando tudo indicava que as aeromoças iriam apresentar as habituais orientações, o piloto veio ao rádio para nos avisar que teríamos de aguardar alguns instantes antes de decolar. O aeroporto de Campina Grande estava fechado. Fechado devido à... à chuva! Por incrível que pareça para nós daqui do Sul, chove, chove e muito, caro leitor, no sertão paraibano. Quinze minutos. Meia hora. Quando tudo indicava que iríamos partir, o piloto veio ao rádio para nos avisar que nosso percurso de vinte minutos de avião se transformaria em um percurso de quatro horas e meia de ônibus.

Sete e meia... da noite. O ônibus enfim chega à rodoviária da chuvosa Campina Grande. Algumas pessoas desembarcariam ali mesmo

enquanto outras ainda seguiriam até o aeroporto. Dentre aqueles que ficariam na rodoviária, sou a última a descer do ônibus. Dirijo-me para o porta-malas. Deparo-me com as pessoas se digladiando por suas bagagens. Para quem já esperou horas, por que não esperar mais alguns minutinhos para ter a mala de volta? Quando todos saem de posse de suas respectivas – respectivas? – malas, aproximo-me. O motorista conseguira a proeza de estacionar o ônibus num local em que não batia nenhum foco de luz. Com muito tato e pouca visão, viro e remexo o porta-malas atrás de minha mochila. O motorista aparece. “Moço, minha mochila não está aqui!”, afirmo eu categoricamente. “Como não? Eu vi você colocando ela aí. Você olhou direito?”, indaga ele. “Olheil”, respondo eu. “Não é essa?” – pergunta ele com uma mala na mão que, tirando o fato de também ser uma mochila, não tinha nada a ver com a minha. “Então alguém deve ter pego sua mala por engano”, sentencia ele. Mas não me dou por vencida. Resolvo dar uma volta na rodoviária para verificar se ainda conseguia encontrar o desatento que pegara minha mochila. Peço para o motorista não ir embora antes que eu voltasse. Dou alguns passos apressados. Olho ao redor. A alguns metros à frente lá estava ele com minha mochila nas costas. Alívio.

Oito e meia da noite. Agora só faltava jantar, comprar a passagem de ônibus para Sousa, esperar duas ho-

ras até sua partida, pegar a estrada durante cinco horas, chegar às três e meia da manhã em Sousa, tomar um táxi até o hotel, fazer o check-in, me acomodar no quarto, tomar banho, vestir o pijama, dormir às quatro e meia da manhã, encerrar uma saga que durou exatas vinte e três horas e... dar início a outra.

A noite que antecede uma visita a uma cidade finalista, caro leitor, é sempre mal-dormida (principalmente quando só há duas horas de sono a sua disposição). Receio de que o despertador não toque, colocando em risco todo um dia de trabalho. Mas o despertador toca. Quarta-feira, 26 de agosto de 2009. O som do celular embala meu despertar. Abro os olhos. Miro o relógio. Seis e meia da manhã. Hoje não é possível virar para o lado e dormir mais cinco minutinhos. Respiro fundo. Um único pensamento preenche toda minha mente. Oxalá que nenhum imprevisto atrapalhe minha visita à Aparecida!

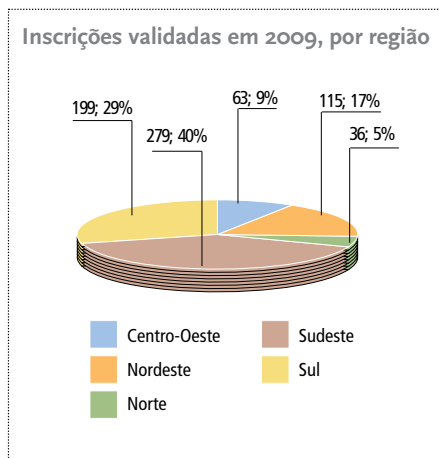


“A Prova da Merenda”: importante atividade da visita técnica.

Resultados obtidos em 2009

O aumento no número de inscrições no prêmio é uma constatação de que a preocupação com a boa gestão da alimentação escolar está se disseminando pelo país. Na primeira edição ocorrida em 2004 foram 383 prefeituras inscritas, já em 2009, foram 1099, o que representa **20% dos municípios brasileiros**.

Há que se destacar ainda o aumento gradual e constante do número de inscrições de municípios do entorno das cidades premiadas. Os estudos revelam que os municípios premiados geram em sua região uma discussão sobre o tema merenda escolar, o que acarreta no aumento do número de municípios vizinhos inscritos no prêmio, como ilustram os exemplos ao lado.



Rio Grande do Norte

Em 2004, sete municípios inscritos e nenhum premiado.

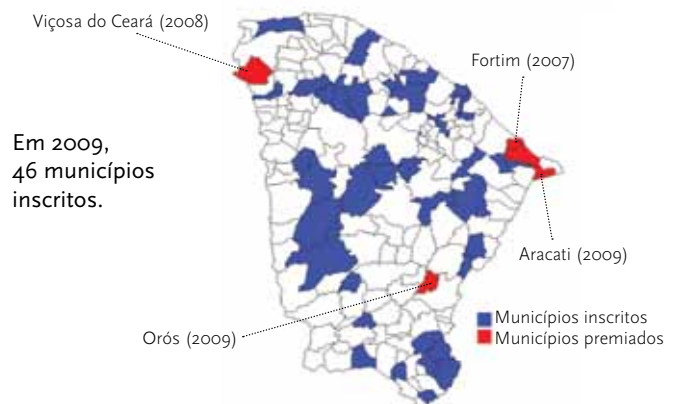


Em 2009, 32 municípios inscritos e 3 premiados.



Ceará

Em 2004, doze municípios inscritos e nenhum premiado.



Quais são as atividades do projeto Gestão Eficiente da Merenda Escolar?



Como analisamos vários mapas como o exemplo da página anterior, é possível inferir que a premiação cria um ambiente favorável ao desenvolvimento de boas práticas e há uma competição saudável entre os municípios.

Em 2009 foram premiadas as seguintes cidades:

CATEGORIAS		MUNICÍPIOS PREMIADOS	UF
Região Centro-Oeste	Desempenho Administrativo-Financeiro	Paranhos	MS
	Eficiência Nutricional	Alto Taquari	MT
	Desenvolvimento Local	Diamantino	MT
	Participação Social	Lucas do Rio Verde	MT
Região Nordeste	Desempenho Administrativo-Financeiro	Aracati	CE
	Eficiência Nutricional	Orós	CE
	Desenvolvimento Local	Orós	CE
	Participação Social	Pintadas	BA
Região Norte	Desempenho Administrativo-Financeiro	Paragominas	PA
	Eficiência Nutricional	Araguaçu	TO
	Desenvolvimento Local	Ariquemes	RO
	Participação Social	Manacapuru	AM
Região Sudeste	Desempenho Administrativo-Financeiro	Belo Horizonte	MG
	Eficiência Nutricional	São Gonçalo do Rio Abaixo	MG
	Desenvolvimento Local	São Carlos	SP
	Participação Social	Junqueirópolis	SP
Região Sul	Desempenho Administrativo-Financeiro	Porto Alegre	RS
	Eficiência Nutricional	Concórdia	SC
	Desenvolvimento Local	Francisco Alves	PR
	Participação Social	Macieira	SC
Capitais e Grandes Cidades	Rio de Janeiro	RJ	
Pequenas Cidades	Jateí	MS	
Valorização Profissional de Merendeiras	Aparecida	PB	
Município do Semiárido	Riacho Da Cruz	RN	
Merenda Indígena e/ou Quilombola	São Gabriel da Cachoeira	AM	
Destaque em Educação Alimentar	Nova Prata	RS	

Cerimônia de premiação do Prêmio Gestor Eficiente da Merenda Escolar – Edição 2009



Encontro para Gestores da Alimentação Escolar

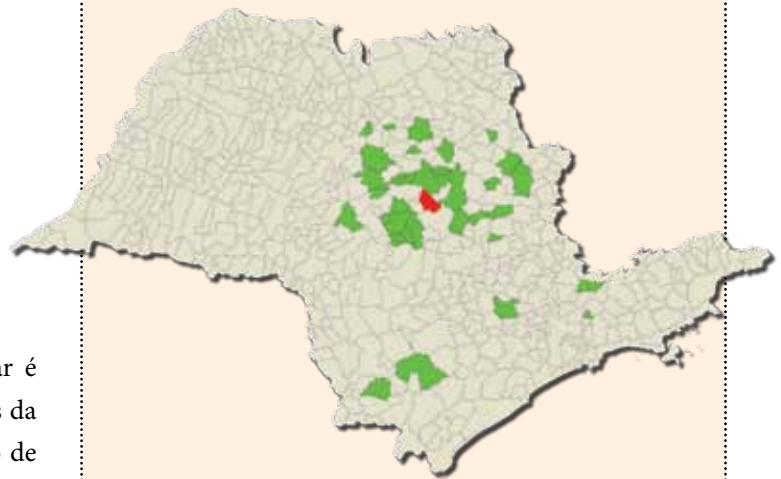
O Encontro para Gestores da Alimentação Escolar é uma atividade voltada para gestores, coordenadores da alimentação escolar e nutricionista. Tem o objetivo de promover o intercâmbio de experiências por meio de palestras, exposições de práticas bem sucedidas e trabalhos em grupo, assim estimulando os gestores municipais a desenvolver ideias que possam se transformar em propostas para melhorar a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Há sempre uma cidade premiada para apresentar seu projeto e participar das discussões.

Resultados obtidos em 2009

Foram realizados dois Encontros para Gestores da Alimentação Escolar nas cidades de Ribeirão Bonito/SP e Uberlândia/MG. Foram beneficiados **190 gestores da alimentação escolar de 81 municípios.**

Encontro para gestores – Ribeirão Bonito

Araraquara · Águas De São Pedro · Agudos · Américo Brasiliense · Analândia · Anhembi · Arealva · Areiópolis · Bariri · Barra Bonita · Barrinha · Bauru · Boa Esperança do Sul · Bocaina · Boracéia · Borebi · Botucatu · Brotas · Cândido Rodrigues · Charqueada · Cordeirópolis · Corumbataí · Cravinhos · Descalvado · Dobrada · Dois Córregos · Dourado · Dumont · Gavião Peixoto · Guariba · Guataporá · Jacanga · Ibaté · Ibitinga · Igarapu do Tietê · Ipeúna · Iracemópolis · Itaju · Itápolis · Itapuá · Itirapina · Jaboticabal · Jaú · Leme · Lençóis Paulista · Limeira · Luís Antônio · Macatuba · Matão · Mineiros do Tietê · Monte Alto · Motuca · Nova Europa · Pederneiras · Pirassununga · Porto Ferreira · Pradópolis · Pratânia · Ribeirão Bonito · Ribeirão Preto · Rincão · Sta. Cruz da Conceição · Santa Cruz das Palmeiras · Santa Ernestina · Santa Gertrudes · Santa Lúcia · Santa Maria da Serra · Santa Rita do Passa Quatro · São Carlos · São Manuel · São Pedro · São Simão · Tabatinga · Taquaritinga · Torrinha · Trabiçu



Encontro para gestores – Uberlândia

Anhanguera (GO) · Araguari (MG) · Araxá (MG) · Cachoeira Dourada (MG) · Campina Verde (MG) · Campo Florido (MG) · Canápolis (MG) · Carmo do Paranaíba (MG) · Catalão (GO) · Comendador Gomes (MG) · Conceição das Alagoas (MG) · Conquista (MG) · Coromandel (MG) · Corumbá (GO) · Cruzeiro da Fortaleza (MG) · Cumari (GO) · Davinópolis (GO) · Delta (MG) · Douradoquara (MG) · Goiandira (MG) · Guimarânia (MG) · Indianópolis (MG) · Inhumas (GO) · Iraí de Minas (MG) · Itapagipe (MG) · Ituiutaba (MG) · Monte Carmelo (MG) · Nova Aurora (GO) · Nova Ponte (MG) · Ouvidor (GO) · Panamá (GO) · Patos de Minas (MG) · Patrocínio (MG) · Perdizes (MG) · Pirajuba (MG) · Pratinha (MG) · Presidente Olegário (MG) · Romaria (MG) · Sacramento (MG) · Santa Juliana (MG) · Santa Vitória (MG) · Tapira (MG) · Três Ranchos (MG) · Tupaciguara (MG) · Uberlândia (MG)



Encontro para Gestores de Alimentação Escolar realizado em Uberlândia (MG), com a participação de municípios de Minas Gerais e Goiás.

Quais são as atividades do projeto Gestão Eficiente da Merenda Escolar?

“ Sensibilizar: tornar-se emocionalmente consciente e compreensivo

Ex.: <s. -se com a causa dos oprimidos>

<a população não mais se sensibiliza com as passeatas>

transitivo direto”

Eixo de Ação 2

Sensibilização da sociedade civil e fortalecimento do controle social

Esse é o eixo de atuação mais importante. Consiste no desenvolvimento de atividades que visem à mobilização da sociedade para o exercício do chamado “controle social” do PNAE.

No âmbito do projeto merenda esse eixo é compreendido como uma atividade de transferência de conhecimento em duas dimensões: a primeira na conscientização da população sobre o direito à alimentação escolar e a segunda no fortalecimento da atuação dos conselhos de alimentação escolar nos municípios brasileiros.

É um trabalho delicado porque é de longo prazo, exige muitas atividades variadas e tem que ser feito de forma continuada.

Para sensibilizar sobre o direito à alimentação escolar foram realizadas duas atividades: a série radiofônica **Vamos Cuidar da Merenda Escolar** e a **Campanha Merenda Nota 10**.

Em 2009, a distribuição do CD com a Série Radiofônica foi realizada por meio de:

- eventos promovidos pela AFZ – a Série Radiofônica é apresentada aos participantes e distribuída apenas às pessoas que possuem acesso a rádios comunitárias, comerciais ou universitárias para a veiculação dos programas. Nos municípios que não possuem rádio, tem sido muito comum a veiculação dos programas em carro de som, em sistemas de som nas praças e até mesmo nas escolas;
- solicitações via e-mail – há um banner no *site* da Ação Fome Zero, divulgando a série radiofônica. As pessoas que têm interesse podem fazer a solicitação e receber o CD pelo correio.



Capa do CD *Vamos Cuidar da Merenda Escolar - Série Radiofônica*

Nos quatro primeiros meses do ano, 102 emissoras de rádio de 81 municípios receberam a série radiofônica.

A **Campanha Merenda Nota 10** foi voltada para o envolvimento da comunidade educativa de escolas públicas em municípios do semiárido. Por que uma campanha? Chamamos de “campanha” porque é uma atividade de massa, faz uso de materiais gráficos e não é possível prever o número de atingidos por ela.



Carta-convide enviada aos professores que participam voluntariamente da campanha Merenda Nota 10.

A **Campanha Nota 10** está na segunda edição e o objetivo é atingir as famílias dos escolares, por meio dos educadores que são lideranças em suas regiões, para o fato de que a alimentação escolar é um direito no Brasil.

Espera-se que a Campanha traga mais conhecimento às comunidades e que elas possam ajudar o trabalho dos conselheiros de alimentação escolar.

O respaldo e o apoio da população à atuação dos conselheiros é um dos maiores patrimônios que o CAE pode possuir. Além de ser uma das formas mais efetivas de legitimar a sua atuação e impedir que ele seja manipulado pelo poder público local.

Em 2009, publicamos a terceira edição da cartilha *Vamos Fiscalizar a Merenda Escolar* com tiragem de **100 mil exemplares**. As cartilhas são o material mais importante da Campanha. Ela vai acompanhada de uma carta ao educador

e de um cartaz para ser afixado na escola. A distribuição desse material se dá por meio da parceria com a CNTE.

A segunda dimensão desse eixo consiste no fortalecimento dos conselheiros de alimentação escolar e desenvolve as capacitações presenciais, as capacitações a distância e o assessoramento aos CAEs, também chamado de “conselho de alimentação escolar eficiente”.



Capa da cartilha *Vamos Cuidar da Merenda Escolar*

Todos os municípios brasileiros devem possuir um Conselho de Alimentação Escolar. A existência do CAE é uma exigência para que a prefeitura possa receber os recursos do governo federal para a merenda escolar. Por essa razão o CAE é um órgão tão importante. Ele é o órgão responsável pelo acompanhamento da gestão do programa de merenda, a fiscalização do recurso e o controle da qualidade. Mas não basta apenas que o CAE exista, é preciso que ele seja atuante.

O fato é que os conselheiros de alimentação escolar são pessoas comuns que não dispõem necessariamente de conhecimentos técnicos que possibilitem a execução da tarefa de fiscalizar. Por isso a capacitação é fundamental para impedir a manipulação política de sua atividade.

Até hoje foram capacitados cerca de 4.440 conselheiros. Em 2009, aconteceram três cursos de capacitação para CAE nas cidades de: Viçosa do Ceará/CE, Jussara/GO e Salvador/BA, beneficiando 389 conselheiros de 92 municípios.

O objetivo é promover de forma mais massiva a capacitação técnica e a sensibilização dos conselheiros

de alimentação escolar para a importância de acompanhar e fiscalizar a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O curso a distância tem como especificidades abranger um número maior de conselheiros e estabelecer uma rede de interação virtual para o permanente debate e troca de experiências entre os diversos municípios participantes e outros interessados.

Municípios beneficiados com os cursos de capacitação do Conselho de Alimentação Escolar - CAE



Itaberai (GO) · Iporá (GO) · São Luís de Montes Belos (GO) · Goiás (GO) · Jussara (GO) · Aragarças (GO) · Mozarlândia (GO) · Firminópolis (GO) · Itapirapuã (GO) · Araguapaz (GO) · Faina (GO) · Fazenda Nova (GO) · Britânia (GO) · Mossâmedes (GO) · Santa Fé de Goiás (GO) · Matrinchã (GO) · Palminópolis (GO) · Aurilândia (GO) · Heitorai (GO) · Amarinópolis (GO) · Novo Brasil (GO) · Jaupaci (GO) · Israelândia (GO) · Santa Rosa de Goiás (GO) · Diorama (GO) · Anápolis (GO) · Santo Antônio de Jesus (BA) · Santo Estêvão (BA) · Rafael Jambeiro (BA) · Santa Bárbara (BA) · Cabaceiras do Paraguaçu (BA) · São Félix (BA) · Cairu (BA) · São Félix do Coribe (BA) · Araças (BA) · Valença (BA) · Taperoá (BA) · Simões Filho (BA) · São Sebastião do Passé (BA) · São Gonçalo dos Campos (BA) · São Francisco do Conde (BA) · Salvador (BA) · Presidente Tancredo Neves (BA) · Pojuca (BA) · Ouriçangas (BA) · Muniz Ferreira (BA) · Mata de São João (BA) · Madre de Deus (BA) · Lauro de Freitas (BA) · Laje (BA) · Ituberá (BA) · Governador Mangabeira (BA) · Feira de Santana (BA) · Entre Rios (BA) · Dias D'ávila (BA) · Cruz Das Almas (BA) · Coração de Maria (BA) · Conceição da Feira (BA) · Catu (BA) · Castro Alves (BA) · Camaçari (BA) · Camaçan (BA) · Aramarí (BA) · Amélia Rodrigues (BA) · Amargosa (BA) · Alagoinhas (BA) · Bela Cruz (CE) · Brasileira (PI) · Buriti dos Lopes (PI) · Caxingó (PI) · Coreau (CE) · Croatá (CE) · Forquilha (CE) · Frecheirinha (CE) · Graça (CE) · Granja (CE) · Groaíras (CE) · Guaraciaba do Norte (CE) · Ibiapina (CE) · Marco (CE) · Meruoca (CE) · Piracuruca (PI) · Santana do Acaraú (CE) · São Benedito (CE) · Tianguá (CE) · Ubajara (CE) · Viçosa do Ceará (CE) · Sobral (CE) · Parnaíba (PI)

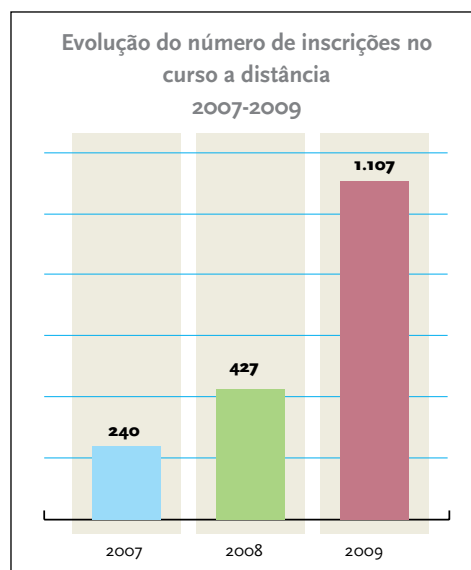
Resultados obtidos em 2009

Houve o acompanhamento de três turmas do curso a distância beneficiando **1.730 participantes** de **570 municípios**.

É válido destacar o crescimento do número de inscritos desde a primeira turma com 240 inscritos; na segunda 427 e na terceira edição do curso 1.107 inscritos.

OBS.: Além do ambiente do curso, a Ação Fome Zero disponibiliza um espaço de interação virtual entre os participantes, um mural, que pode ser acessado pelo link:

<http://www.acaofoomezero.org.br/site/index.php?page=mural>



Telas do curso a distância para formação de conselheiros para os CAE.

Quais são as atividades do projeto Gestão Eficiente da Merenda Escolar?

“As opiniões, para o aparelho gigante da vida social, são o que o óleo é para as máquinas; ninguém se posta diante de uma turbina e a irriga com óleo de máquina. Borrifa-se um pouco em rebites e juntas ocultos, que é preciso conhecer.”

Walter Benjamin

Eixo de Ação 3

Sistematização e disseminação do conhecimento

As regras do PNAE

Para a alimentação escolar o ano de 2009 foi marcante, pois uma lei específica para a alimentação escolar foi assinada em junho de 2009. Em seguida, no mês de julho, foi publicada a resolução para regular, com base no novo texto legal, a execução do programa de merenda escolar nos municípios. Importantes e inovadoras modificações foram introduzidas: a extensão do programa que passou a atender também os alunos do Ensino Médio e da educação de jovens e adultos, a possibilidade de compra de alimentos sem licitação do pequeno agricultor ou empreendedor rural, e alguns aprimoramentos na composição dos conselhos de alimentação escolar responsáveis pelo controle do programa. Entre todas essas medidas, a nova resolução prevê um mecanismo que não penalize os beneficiários nos casos de suspensão de recursos por irregularidade.

Por conta da morosidade do processo de mudança na lei, não restou tempo hábil para a reedição da publicação *Manual de Gestão Eficiente da Merenda Escolar*

(esgotada). Antes da revisão, foi necessário que a equipe se apropriasse das novidades introduzidas e se capacitasse para a produção intelectual necessária. Muito do tempo da equipe para as atividades desse eixo foi gasto em capacitação e grupos de estudo sobre as modificações legais.

Contudo, foi possível a reedição da cartilha “Vamos Cuidar da Merenda Escolar” revista e atualizada no final do ano. São 100 mil exemplares que serão distribuídos em 2010 em parceria com a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE, na campanha **Merenda Nota 10**.



Capa da 3ª edição do Manual

Boletim de desempenho

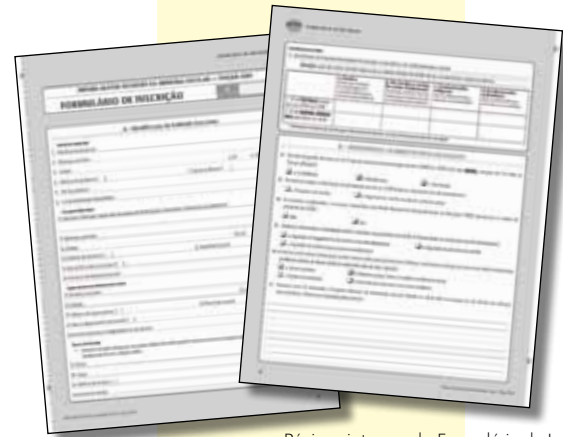
Com uma tiragem de 2.500 exemplares, foi produzido o documento Boletim de Desempenho cujo conteúdo apresenta os resultados da 6ª edição do Prêmio Gestor Eficiente da Merenda Escolar, além de apresentar um resumo sobre as cidades premiadas e informações extraídas dos formulários de inscrição do prêmio, organizadas e resumidas. O objetivo é fornecer dados reais para que as cidades possam investir em seus programas. Foram distribuídas 1.500 publicações para as prefeituras inscritas, associados da Ação Fome Zero e parceiros. Os demais volumes serão entregues nos eventos da Ação Fome Zero que acontecem durante o ano.



Páginas internas do Boletim de Desempenho

Formulários que esclarecem

Outro material produzido foi o Formulário de Inscrição da 6ª edição do Prêmio Gestor Eficiente da Merenda Escolar, logo no início do ano. É sempre bom lembrar que o Formulário de Inscrição é cuidadosamente produzido, pois ele por si só se constitui um indutor de boas práticas.



Páginas internas do Formulário de Inscrição

À mesa com o gestor

Para ser distribuído entre os participantes da Cerimônia de Premiação e com o objetivo de divulgar as práticas premiadas, foram criados os calendários com informações e fotos sobre as cidades que se destacaram. Esse calendário é enviado ao municípios participantes e aos associados da Ação Fome Zero.



Páginas do calendário 2010

Relatório de atividades

Outra publicação foi o Relatório de Atividades de 2008, distribuído por correio aos parceiros e associados da Ação Fome Zero e como material de divulgação da Entidade.



Relatório das atividades realizadas ao longo de 2008



“Vivendo, se aprende; mas o que se aprende, mais, é só fazer outras maiores perguntas.”

(João Guimarães Rosa)

Parcerias

Hoje, a Entidade reconhece que tem dois grandes patrimônios que precisam ser preservados: a metodologia de atuação criada pela equipe e a relação com vários setores da sociedade brasileira que ao longo dos anos vem agregando força à atividade da AFZ. Esses “parceiros”, que podem ser categorizados em dois tipos diferentes: aqueles que contribuem com apoios concretos para a realização das atividades da Entidade e os que têm proximidade de propósitos e que a parceria potencializa as ações em relação aos objetivos de cada Instituição.

No primeiro grupo estão primeiramente, e em destaque, todas as empresas associadas; são os recursos dessas empresas que financiam as ações do Projeto Gestão Eficiente da Merenda Escolar, especialmente as voltadas para o fortalecimento do controle social. Além do apoio financeiro, há o valor intangível que o apoio de cada uma delas agrega ao trabalho realizado pela AFZ.

Há algum tempo que a AFZ quer demonstrar seu reconhecimento por meio de uma atividade mais concreta que beneficie a empresa. E pela primeira vez vamos materializar esse desejo em forma de um evento a ser realizado na região de Juruti, noroeste do Pará, área de influência da Alcoa.

Durante o ano de 2009, depois de vários estudos, a equipe da AFZ, com o apoio da Alcoa, esteve em Juruti, e analisando a realidade local, e construiu o evento “Encontros com a Comunidade Escolar” com um modelo específico de socialização de conhecimento sobre alimentação escolar, especificamente elaborado para merendeiras e diretores de unidades escolares. O primeiro Encontro aconteceu em fevereiro de 2010 com o apoio da Alcoa e da prefeitura do município de Juruti.

A meta da AFZ é realizar outros encontros em outras regiões do Brasil atendendo essa parceira e outras que quiserem.

A todas as associadas, sempre MUITO OBRIGADA!

Entre os parceiros com semelhança de propósitos há de se destacar:

Tribunal de Contas da União: desde o primeiro curso de capacitação para conselheiros de alimentação escolar, o TCU cede um servidor para realizar palestra sobre a atividade dos conselheiros de alimentação escolar; produziu um curso a distância para conselheiros de alimentação escolar que será gerenciado pela AFZ; além disso o TCU patrocinou a construção do curso a distância para CAEs e disponibiliza a plataforma de ensino em seu *site*;

Banco do Brasil: (1) apoia o processo de divulgação do prêmio por meio do programa de TV Ponto a Ponto na TVBB e na mobilização de funcionários das agências bancárias em todo o país, que incentivam as prefeituras a se inscreverem; (2) apoiou a realização das visitas técnicas, uma das etapas de avaliação da metodologia do prêmio, fornecendo

passagens aéreas para os inspetores; (3) apoiou a realização de quatro cursos presenciais de capacitação para CAEs fornecendo espaço físico, material necessário, café da manhã para os participantes;

Conselho Federal de Contabilidade: parceria para apoiar tecnicamente os conselhos de alimentação escolar; até o final de 2009 havia 499 contabilistas inscritos para apoiar o PNAE, por meio de orientação aos conselheiros dos CAEs nos municípios; participação em eventos de mobilização de contabilistas em São Luiz (MA) e Salvador (BA); participação no Encontro Nacional da Mulher Contabilista em Vitória (ES);

Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE): parceria para realização da campanha **Merenda Nota 10**, que consistiu na distribuição dos exemplares da cartilha *Vamos cuidar da Merenda Escolar* e da *Carta ao Educador* com sugestões de atividades a serem desenvolvidas com os alunos de forma que os pais e as comunidades escolares sejam envolvidas na questão da merenda escolar;

Oboré Projetos Especiais em Comunicação e Artes: apoiou a distribuição da série radiofônica *Vamos Cuidar da Merenda Escolar*;

Conab: apoiou a capacitação presencial de CAEs, enviando palestrante para esclarecer sobre o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) que pode ser utilizado na merenda escolar;

Cecane: apoiou em o curso para capacitação de conselheiros de alimentação escolar e em encontro para gestores enviando palestrante;

Unicef: tem representante na comissão julgadora do prêmio;

Consea Nacional: apoia a divulgação entre os membros do conselho e seus parceiros; o presidente do Consea preside a comissão julgadora do Prêmio Gestor Eficiente da Merenda Escolar;

Sebrae-SP: apoiou a divulgação do prêmio distribuindo material de divulgação; participa da comissão julgadora do Prêmio;

Asbran: parceria no processo de avaliação do Prêmio, participa da comissão julgadora;

Tetra Pack: um dos patrocinadores do Prêmio desde a primeira edição; participa da comissão julgadora;

Alcoa: associada à AFZ, ofereceu recursos e apoio à idealização de um piloto para uma nova atividade, o “Encontro com a Comunidade Escolar”, que acontece em fevereiro de 2010; participa da comissão julgadora do Prêmio;

Cargill: coopera financeiramente para a execução do Prêmio; participa da comissão julgadora do Prêmio;

FNDE: apoia o Prêmio cooperando na divulgação,

realizando visitas técnicas e participando da comissão julgadora;

União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime): apoiou a reprodução da apostila Aspectos Nutricionais, Cardápio e Manipulação de Alimentos e divulgou os encontros de capacitação para conselheiros de alimentação escolar de Palmas/TO e Manaus/AM; divulgou junto aos associados o Prêmio;

DPZ: desenvolveu campanha institucional sobre a Ação Fome Zero publicada em três revistas semanais;

Planeta Terra Design: apóia as etapas de concepção, criação e desenvolvimento de materiais de comunicação e da identidade visual da AFZ;

Prefeitura da Cidade de Osasco: disponibilizou espaço físico em escolas, alunos e funcionários para a realização das fotos para a campanha idealizada pela DPZ; também obteve autorização junto aos familiares para a realização das fotos;

Parcerias com as prefeituras de Ribeirão Bonito (SP), Uberlândia (MG) (SC) para realização de **Encontros de Gestores;**

Parceria com as prefeituras de Jussara (GO), Salvador (BA) e Viçosa do Ceará (CE) para o **Encontro de Capacitação para Conselheiros de Alimentação Escolar.**

1. IDENTIFICAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS

- Ampliar a participação das prefeituras no Prêmio Gestor Eficiente da Merenda Escolar - 7ª edição.
- Realizar a Cerimônia de Entrega do Prêmio Gestor Eficiente da Merenda Escolar.

2. SENSIBILIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL E FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL

- Realizar oito encontros presenciais para Conselheiros da Alimentação Escolar e Gestores Públicos.
- Assessorar 5.564 Conselhos de Alimentação Escolar por meio do curso a distância e envio de publicações.
- Desenvolver ações de mobilização para a questão da alimentação escolar nas comunidades através da campanha **Merenda Nota 10**.
- Realizar um seminário sobre merenda indígena.
- Produzir cartilha sobre merenda indígena.

3. SISTEMATIZAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE CONHECIMENTO

- Produzir o Relatório de Atividades 2009 e distribuir para associados, patrocinadores e parceiros.
- Produzir o Observatório de Boas Práticas.
- Atualizar o Manual Gestão Eficiente da Merenda Escolar e distribuir para todas as 5.654 prefeituras do país.
- Produzir três volumes da Revista Substancial e distribuir para associados, patrocinadores, parceiros e outros.
- Produzir a apostila “Aspectos Nutricionais, Cardápios e Manipulação de Alimentos” e distribuir nos encontros de capacitação para CAEs e Gestores Públicos.
- Produzir a apostila “Boas Práticas para Alimentação Saudável na Escolar” e distribuir no encontro para merendeiras a ser realizado em Juruti/PA.
- Produzir o Boletim de Desempenho e distribuir para todas as prefeituras inscritas no Prêmio - 7ª edição.



Almeida, Rotenberg e Boscoli Advocacia + Agropecuária JB + Associação Brasileira de Indústrias de Alimentação + Associação Paulista de Empresários de Obras Públicas + Associação dos Analistas e Profissionais de Mercado de Capitais + Adag Serviços de Publicidade Ltda. + Alcoa Alumínio S.A. + Associação Alfabetização Solidária + AMF Empreendimentos e Participações S.A. + Aracruz Celulose S.A. + Cia. Brasileira de Metalurgia e Mineração + Escola de Negócios Trevisan + Santander Banespa Seguros S.A. + Bolsa de Valores de São Paulo + Centro de Integração Empresa Escola + Fundação Cargill + Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas + Citibank S.A. + Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo + Duke Energy International - Geração Paranapanema + Emereciano & Baggio Associados - Advogados + Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro + Francal Feiras e Empreendimentos Ltda. + Fundação Filantrópica Safra + Fundo Itaú Social + Fundação Vale do Rio Doce + Gerdau S.A. + Instituto Airton Senna + Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social + Marka Serviços e Comércio de Máquinas e Equipamentos Ltda. + Nestlé do Brasil Ltda. + Patri Relações Governamentais & Políticas Públicas Ltda. + Planinvest Administração de Serviços Ltda. + Pizza Hutt - Internacional Restaurantes do Brasil Ltda. + Rubens Naves Santos Jr. - Hesketh + Telecomunicações de São Paulo S.A. + Tetra Pak Ltda. =



Rua Bela Cintra, 643, 1º andar - Consolação - 01415-901 - São Paulo, SP

Telefone: (011) 3569-6016 www.acaofozero.org.br